



Sentidos de “ensino de língua” no dizer do escritor: Análise discursiva de crônicas na perspectiva da História das Ideias Linguísticas *

Ronaldo Adriano de Freitas **

Resumo

O trabalho apresenta um breve quadro teórico da História das Ideias Linguísticas (Auroux/Orlandi), que verifica os efeitos históricos da instrumentalização linguística – aí compreendida, entre outros, a produção de gramáticas e dicionários - reelaborada a partir dos princípios da Análise do Discurso (Pêcheux/Orlandi), o que permitiu a reflexão sobre a questão da constituição dos sentidos e dos sujeitos na compreensão do processo de gramatização brasileira. Tal quadro sustenta o projeto de mestrado: “O discurso sobre variação linguística no ensino de língua materna: a abordagem nas crônicas e colunas da mídia online” em que se afirma que o dizer do escritor sobre o ensino de língua representa uma das formas de institucionalização do saber linguístico em circulação.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas; Gramatização; Análise do Discurso; Posição Discursiva.

1 Apresentação

* Este artigo foi apresentado no VI ENLETRARTE (Encontro Nacional de Professores de Letras e Artes), no IFF *campus* CAMPOS CENTRO, em junho de 2015.

** Graduado em Letras - UEMG. Mestrando em Estudos de Linguagem UFF. Professor - IFF - *campus* Campos-centro. E-mail: ronaldofreitas.tec@gmail.com

O presente texto procura reproduzir a apresentação feita em sessão de comunicação do VI ENLETRARTE, a partir de um recorte de nosso projeto de dissertação, em fase final de elaboração. A proposta inicial era a de apresentação do objeto de pesquisa em questão; a saber, as formas pelas quais o saber produzido pela linguística – mais especificamente pela vertente sócio-variacionista, bem como as formas de se posicionar quanto a esse saber são materializadas nas crônicas e colunas da mídia *online*. No entanto, dada a economia de tempo e a heterogeneidade do evento, considerou-se interessantemente produtivo apresentar as bases teóricas que sustentam o trabalho como uma forma de divulgação dos conhecimentos produzidos por essa vertente de estudos.

Trata-se, assim, de um texto introdutório, que apresenta saberes que fundamentam o projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil, tal qual vem sendo desenvolvido por grupos de pesquisadores de diversas universidades brasileiras, com destaque para os grupos situados na UNICAMP, onde se fundou tal vertente, a partir dos trabalhos de Eni Orlandi; UFSM, UFF, USP Ribeirão Preto e UNEMAT - Grupos que foram responsáveis pela produtiva reterritorialização da Análise de Discurso iniciada por Michel Pêcheux, na França, e que vem desenvolvendo um importante trabalho de historicização da língua brasileira a partir de tal visada teórica.

A explanação segue desenvolvida em três partes: 1) a noção de História das Ideias Linguísticas tal qual desenvolvida por Sylvain Auroux, na França; 2) os pressupostos da Análise do Discurso; e, 3) uma breve descrição do produto da interlocução dessas áreas tal como vem sendo praticada no Brasil.

2 A História das Ideias Linguísticas

O programa História das Ideias Linguísticas (HIL) tal qual iniciado a partir dos anos 80, na França, pelo filósofo Sylvain Auroux, centra-se numa visão de cientificidade que se distingue da historiografia linguística, tradicionalmente desenvolvida pelo comparativismo, já que, ma vez ancorado nos princípios de uma cientificidade positivista, não é parte do escopo historiográfico julgar de que forma as construções que realiza exerceriam ação sobre os fenômenos representados, o que constitui um dos princípios da HIL. Além disso, o posicionamento da HIL, Segundo Nunes (2008), permite uma visão em que o adjetivo linguístico se refere a qualquer saber produzido sobre a linguagem na história, de forma que a

chamada linguística moderna, tal como iniciada pelos comparatistas no século XIX e depois por Saussure no século XX, não é considerada como o ponto de início das ciências da linguagem, que têm uma história bem mais longa e plural.

A partir dessa concepção de ciência, todo um horizonte de objetos se apresenta ao analista-historiador, objetos muitas vezes negligenciados por epistemologias que sustentam a chamada linguística moderna. Tomemos o caso das gramáticas e dos dicionários. Na linguística moderna, saussuriana, tais estudos foram considerados como objetos normativos, ou seja, não descritivos e, portanto, não científicos. Da perspectiva da HIL, gramáticas e dicionários são vistos como instrumentos linguísticos (NUNES, 2008, pag. 110).

Auroux (2009) apresenta o modo como, na história do homem, foram se constituindo saberes sobre a linguagem. Em especial, dois marcos fundamentais dessa história são colocados em destaque: o aparecimento da escrita – que é segundo essa teoria a condição para o surgimento da reflexão sobre a língua e a linguagem; e o processo de gramatização das línguas no mundo. Tal processo é assim considerado como a segunda revolução tecnolinguística, a qual mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as outras culturas do planeta. (*op. cit*, pág. 9)

A gramatização é definida assim como o processo de descrição e instrumentalização de uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário. (AUROUX, 1992, pag. 65). É desse ponto de vista que a gramática e o dicionário passam a não serem vistos como simples descrições da linguagem natural, mas como instrumentos linguísticos.

Assim como as estradas, os canais, as estradas-de-ferro e os campos de pouso modificaram nossas paisagens e nossos modos de transporte, a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade. As línguas, pouco ou menos “instrumentalizadas”, escreve Auroux, foram por isso mesmo mais expostas ao que se convém chamar linguicídio, quer seja ele voluntário ou não. (AUROUX, 1992, pag. 71).

Um exemplo interessante dos efeitos da gramatização sobre a história do desenvolvimento linguístico é apresentado por Auroux (*id.*, pág. 55), ao demonstrar como a decadência do latim como língua técnica e língua de comunicação intelectual é precedida pelo processo de gramatização dos vernáculos europeus. Tal processo se dá após a primeira utilização ocidental da imprensa e acompanha o seu desenvolvimento, sendo consideradas pelo autor parte de uma mesma revolução técnico-linguística.

Uma das facetas mais interessantes do estudo dos processos de gramatização é perceber que toda a reflexão metalinguística se constitui por um processo de abstração que, como tal, implica redução:

Em um espaço linguístico vazio, ou praticamente vazio de intervenções tecnológicas, a liberdade de variação é evidentemente muito grande e as descontinuidades dialetais, que afetam essencialmente traços que não se recobrem, são pouco claras. A gramatização, geralmente se apoiando sobre uma discussão do que seja o “bom uso”, vai reduzir essa variação. Basta considerar, para cada uma das línguas europeias, a série dos gramáticos, do século XVI ao fim do XVII, para ver como se reduzem as diferentes variantes de uma mesma forma até desaparecerem. (AUROUX, 1992, pág. 70).

A análise desse aspecto do processo de gramatização é um ponto fulcral de nosso projeto de pesquisa, uma vez que interessa-nos as formas pelas quais o desenvolvimento da sociolinguística opera em um duplo jogo de estabilização de sentidos, ora legitimando formas de expressão excluídas pelo caráter reducionista do processo de gramatização – criando a oposição variação x norma; ora produzindo suas próprias reduções, ao produzir um sistema de levantamento empírico sujeito ao tratamento estatístico da informação, que acaba por silenciar manifestações estatisticamente desprezíveis, estabelecendo uma regularidade imaginária, sistematicamente estabelecida, para o que a história das ideias linguísticas, em sua vertente brasileira afetada pela Análise do Discurso (ORLANDI, 2009a) , irá denominar “língua fluida”.

3 Análise do Discurso

Foi nos anos 60 que o também filósofo Michel Pêcheux dava início à reflexão disciplinar que daria origem à Análise do Discurso (AD) (de forma que seu nome muitas vezes é um adjetivador da teoria, em diferenciação a outras correntes que também assim se denominam). Suas ideias viriam a ser introduzido no Brasil pelo trabalho de Eni Orlandi, que aqui desenvolveu um trabalho teórico de ressignificação e prolongamento das ideias iniciais, que hoje se estende na produção de pesquisadores de todo o país.

Considerando a linguagem como “mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social”, a AD têm como pressupostos a materialidade da linguagem, a constituição histórica dos sujeitos e dos sentidos e a não neutralidade do discurso científico em relação à ideologia.

partindo da idéia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. (Orlandi, 2009b, Pag. 17).

Para chegar a essa concepção de sujeito como produto da interpelação ideológica, a AD se constitui como disciplina de entremeio, que correlaciona a Linguística - a partir da leitura de Saussure; ao Materialismo Histórico - pela releitura de Marx por Althusser; e à Psicanálise - a partir da releitura de Freud por Lacan. Dessas releituras surgem as questões relativas à ideologia como constitutiva dos sentidos (e não como cortina que ocultaria um sentido verdadeiro) e do inconsciente, no qual se dá o deslocamento da noção de homem para sujeito (na relação com o simbólico). (ORLANDI, 2009b, pag. 19).

Desse modo, a análise do discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de maneira servil e trabalha com uma noção - a de discurso – que não se reduz ao objeto da linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Marxismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialidade relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2009b, pag. 20).

Considerando o discurso como efeito de sentidos entre interlocutores, a AD rejeita o modelo de comunicação em que os sentidos circulam de forma transparente entre os indivíduos, mas postula que esses sentidos se dão na forma como cada um desses indivíduos se relaciona o histórico, constituindo-se assim sujeito. A noção, cara à AD, de que o sujeito não está no centro do controle dos sentidos pode ser melhor compreendido quando pensamos que “quando nascemos os discursos já estão prontos e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós” (Orlandi; 2009b).

É por postular a não transparência da linguagem que a AD **não** se propõe a investigar um sentido verdadeiro para o texto, mas procura descrever **como** tal texto significa – como se dá a constituição de sentidos. É, pois, filiando-se a redes de sentido que estipulam as possibilidades de dizer e significar que as materialidades significantes produzem seus efeitos de sentidos. Tais redes – que determinam as possibilidades de posicionamentos que podem ser tomados pelos sujeitos, que se significam ao fazê-lo, e logo, de sentidos que podem ser admitidos por certo discurso - denominam-se formações discursivas. (PÊCHEUX, 2009 [1975]).

É pela inscrição em uma formação discursiva que os dizeres podem fazer sentido; o todo complexo das formações discursivas (que constituem os sentidos e os sujeitos) constituem o que na AD se conhece como interdiscurso. O interdiscurso pode assim ser visto como o depositário das formações discursivas, as quais estão sempre vinculadas a uma formação ideológica. É pelo discurso que a ideologia interpela o indivíduo em sujeito, fazendo funcionar pelo efeito de evidência, a certeza da individualidade e da univocidade dos sentidos; mas os sujeitos (e os sentidos) só o são por que possuem história. Todo dizer, se filia a outros dizeres, ditos antes, e esquecidos, trazendo ao sujeito a impressão de ser a fonte dos sentidos que produz. Todo sujeito só o é, porque ocupa o lugar discursivo (vinculado ao lugar social) a ele reservado, que lhe permite saber quem ele é, e com quem está falando.

É pelo funcionamento das formações discursivas que as palavras e as expressões mudam de sentido conforme a posição ocupada pelo sujeito. Tal noção é fundamental na proposta que desenvolvemos, de modo que a expressão “variedade linguística” pode significar a própria língua, em certa posição, como assumir o sentido de erro, em outra posição. O sentido não é, portanto, uma propriedade da palavra, nem depende unicamente do contexto, mas constitui-se a partir da historicidade das posições assumidas por aquele que toma a palavra. Isso significa que o sentido não é nunca o mesmo, está sempre a deslizar pelos

diferentes posicionamentos assumidos pelos sujeitos, reconfigurando-se pelo efeito metafórico que caracteriza o funcionamento da língua. O sentido também não pode ser qualquer um, estando sempre vinculado ao funcionamento do interdiscurso.

4 A interlocução AD-HIL

O projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil é fruto da aproximação de Eni Orlandi com Sylvain Aurox, que resultaram numa série de convênios entre universidades francesas e brasileiras, e permitiram a construção de uma teoria significativa sobre o processo de gramatização brasileira, a partir da consideração de que esse processo é constitutivo da identidade nacional e se relaciona de forma intrínseca com acontecimentos de nossa história, sendo essa história considerada como fruto de um trabalho de interpretação e produção de sentidos, e não como linearidade de fatos.

A aproximação proposta por Orlandi permitiu que os instrumentos linguísticos pudessem ser interpretados como produção discursiva, parte de um jogo de afirmação e negação dos processos de constituição de nossa nacionalidade. Ao apresentar a obra “História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional” (ORLANDI, 2001), a autora apresenta também a forma pela qual o projeto se desenvolveu no Brasil, em interlocução com a teoria da AD:

Nossa tarefa foi, através da análise dessa textualidade, compreender o processo de construção e os sentidos dessas instituições e dos sujeitos sócio-históricos que as habitam/praticam. Passageiros de espaços ambíguos e de múltiplas temporalidades esses sujeitos vivem muitas vezes indistintamente experiências de sentidos que se produzem na colonização, na imigração, no seu território próprio ou atravessado por toda sorte de diferenças, que ora se complementam, ora se rivalizam, ora se diferenciam. (ORLANDI, 2001, pág. 9).

E prossegue, estabelecendo a ligação entre tais experiências de sentidos e o processo de gramatização da língua nacional, pela produção dos instrumentos linguísticos que aparelham a língua brasileira:

Os textos que fazem parte desse livro expõe esses processos e nos levam a compreensão de que, enquanto objeto histórico, tanto a gramática como o dicionário, ou o ensino e seus programas, assim como as manifestações literárias são uma necessidade que pode e deve ser trabalhada de modo a promover a relação do sujeito com os sentidos, relação que faz história e configura as formas da sociedade. O que nos leva a dizer que, por isso mesmo, eles são um excelente observatório da constituição dos sujeitos, da sociedade e da história. (ORLANDI, 2001, pág. 9).

Gramáticas e dicionários, considerados a partir de sua historicidade, como instrumentos formadores da identidade nacional, formam, por assim dizer, o núcleo de uma série de estudos, que vem demonstrando como o processo de gramatização da língua nacional vai, paulatinamente, firmando as diferenças entre a língua brasileira e a portuguesa, ao mesmo tempo em que recorre a memória dessa para a produção de uma normatização que garanta o “bem falar” aos membros do grupo social hegemônico.

Dessa forma, as polêmicas em torno da língua brasileira, vão se afirmando enquanto acontecimentos linguísticos que estruturam a memória metalinguística do Brasil e produzindo possibilidades de sentidos que se fazem presentes nos textos em circulação na atualidade. Guimarães (1993) apresenta uma periodização que elenca acontecimentos importantes para as ideias linguísticas no Brasil

1 - Da “descoberta” em 1500 até a primeira metade do século XIX

- Promulgação da política pombalina, instituindo o português como língua de Estado e língua escolar;
- A célebre polêmica entre José de Alencar e Pinheiro Chagas;

2 - Da segunda metade do século XIX, até fins dos anos 30

- Publicação de gramáticas como a de Júlio Ribeiro em 1881;
- Fundação da Academia Brasileira de Letras (em 1897);
- Fundação das primeiras Faculdades de Letras no Brasil. (USP – 1937, e Universidade do Brasil - 1939);

3 - Do final dos anos 30 até meados da década de 60

- Instituição da Linguística como disciplina obrigatória no Brasil, para os cursos de Letras;
- Estabelecimento de uma política educacional popular;

4 - De meados dos anos 60 até hoje.

- Implantação da linguística em todos os cursos de graduação em Letras;
- Criação de cursos de Pós-graduação em Linguística em alguns centros universitários brasileiros.

A análise da produção metalinguística de cada um desses períodos permite a compreensão de processos e a percepção de sentidos que, apesar de historicamente construídos, são, em função do funcionamento ideológico que os constitui, tidos como naturais, ou evidentes: chamamos a atenção para dois deles: o funcionamento do nome da língua e a denominação “língua materna”.

Tomada em seu funcionamento contemporâneo, parece natural a designação de Língua Portuguesa para a língua falada no Brasil. A naturalidade de tal gesto torna difícil imaginar que tal designação só passou a ser controlada pela constituição de 1946 (ORLANDI, 2009a; DIAS, 2001), sendo tal nomeação fruto de intensas e polêmicas discussões, entre projetos que defendiam a denominação “Língua Brasileira” como nome oficial da língua aqui praticada. Muitos são os efeitos de sentidos de tal escolha e a análise de sua historicidade demonstra ser baseada em um histórico de valorização da matriz europeia que se toma tal decisão.

Na mesma esteira de naturalização de sentidos, Pfeiffer (2005) demonstra o funcionamento discursivo da expressão “língua materna”, que em sua historicidade sofre o apagamento dos traços que lhe distingue na “língua nacional” e da “língua escolar”. A coincidência imaginária entre esses termos está na base de muitos problemas ligados a prática escolar, uma vez que a língua ensinada não é a língua materna (se o é, é apenas de alguns). As considerações dos aspectos discursivos envolvidos nessa relação oferecem uma perspectiva interessante quando ao processo de escolarização: “não se adquire uma língua, inscreve-se nela no instante mesmo em que a língua é tomada pelo sujeito. Dizer *aqui está o modelo, siga-o e seja feliz* é uma das armadilhas mais cruéis, eu diria” (PFEIFFER, 2005, pag. 33).

Estudar, portanto, o processo de gramatização brasileira a partir da visada teórica da AD constitui um gesto de reflexão que pressupõe um posicionamento que não se queira neutro, e que busque, pela interpretação da história, o funcionamento dos discursos sobre a

língua em sua constituição ideológica, valendo-se dessa interpretação para a desnaturalização dos sentidos, permitindo a tomada de outras posições no fazer do linguista em sua produção científica.

4 Considerações Finais: As crônicas na perspectiva da HIL

Confirme anunciamos, o objetivo desse trabalho foi o de apresentar brevemente a fundamentação teórica que orienta a nossa pesquisa, a qual tem por objetivo analisar como discurso em circulação nas crônicas literárias jornalísticas representam/institucionalizam o ensino de língua portuguesa, em especial no que diz respeito à variabilidade da língua e a inclusão de saberes originados da sociolinguística no escopo da prática de ensino de Língua Portuguesa no Brasil. Concomitantemente pretendemos com esse gesto, divulgar aspectos das teorias da História das Ideias Linguísticas e da Análise do Discurso de Michel Pêcheux, bem como de sua interface em território brasileiro.

Enfatizamos assim, da HIL, a importância dos processos de gramatização para a história das línguas, como um processo de instrumentalização dessas línguas, em especial pela produção de gramáticas e dicionários, e mais recentemente pelo desenvolvimento das teorias da linguística moderna. Destacamos ainda, dessa teoria, a importância do surgimento da escrita para produção do pensamento metalinguístico, o surgimento da imprensa como fator produtivo na segunda revolução técnico-linguística, ao lado a gramatização das línguas europeias, e a necessidade de se considerar a influência dessas produções no funcionamento das línguas instrumentalizadas e em suas concorrentes.

Trouxemos da AD um rápido panorama dos processos de constituição e materialização dos sentidos, chamando a atenção para o papel fundamental exercido pelo conceito de sujeito nessa teoria, entendido como categoria de análise, como resultado do processo de constituição histórica e ideológica, cujo funcionamento se sustenta como posicionamento nas moventes estruturas que determinam a produção de efeitos de sentido, denominadas formações discursivas. Procuramos demonstrar que nessa teoria, fundamentada nas teorias psicanalíticas, o processo de constituição dos sujeitos e dos efeitos de sentido se dão pelo inconsciente, que tende a “esquecer”/apagar o funcionamento discursivo pelo qual todo dizer remete a outro já-

dito; processo pelo qual se dá a reprodução da ideologia, que se apresenta como constitutiva dos sentidos e não como ocultação de uma verdade a ser descoberta.

A interlocução dessas teorias cria assim um espaço fértil para a produção das análises pretendidas em nosso projeto, uma vez que são os diferentes posicionamentos assumidos pelos sujeitos a partir do lugar discursivo “escritor” - enquanto autoridade nos dizeres sobre a língua que se institui com a prática criadora sobre ela - que nos interessam. A verificação de como esses dizeres se filiam a práticas históricas de produção de sentidos sobre a língua, e a reflexão sobre os efeitos dessas produções em outras práticas sociais, em especial no ensino da língua portuguesa, se mostram produtivamente ligados aos trabalhos de HIL no Brasil e prenunciam estabelecer contribuições teóricas para seu desenvolvimento.

Referências

- AUROUX, S. 1992. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2. Ed. Campinas: ed. da Unicamp. 2009.
- DIAS, L. F. O nome da língua no Brasil: uma questão polêmica. *In: ORLANDI, E. P. (org.). História das Idéias Lingüísticas: Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional*. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001.
- GUIMARÃES, E. R. J. Sinopse dos estudos de português no Brasil. *Relatos*. Publicação do Projeto Hil Unicamp. Campinas, n. 1, p. 3-20, 1993.
- NUNES, J.H. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias lingüísticas. *Letras (UFMS)*, v.18, n.37. 2008. p.107- 124
- ORLANDI, E. P. (org.). *História das Idéias Lingüísticas: Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional*. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001.
- *Língua brasileira e outras histórias*. Discurso sobre a língua e a escola no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009a.
- *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009b.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Editora da Unicamp, 2009 [1975].
- PFEIFFER, C. C. O saber escolarizado e o espaço de institucionalização da língua. *In: Guimarães E. Paula M. R. B. Sentido e Memória*. Campinas: Pontes, 2005.